



# Reformas da educação superior

cenários passados e contradições do presente

Deise Mancebo | João dos Reis Silva Júnior | João Ferreira de Oliveira | Afrânio Mendes Catani  
(organizadores)



REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



- Reforma Universitária: dimensões e perspectivas
- O pragmatismo como fundamento das reformas educacionais no Brasil
- Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil
- Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente

Deise Mancebo • João dos Reis Silva Júnior  
João Ferreira de Oliveira • Afrânio Mendes Catani  
(organizadores)

Belmiro Gil Cabrito • Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero  
Nelson Cardoso Amaral • Sandra Carli • Sofia Lerche Vieira

# Reformas da educação superior:

---

cenários passados e contradições do presente

São Paulo



2009

© 2009 by Deise Mancebo, João dos Reis Silva Júnior, João Ferreira de Oliveira e Afrânio Mendes Catani

Direitos desta edição reservados à EJR Xamã Editora Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,  
sem autorização expressa da editora.

Edição: Exedito Correia

Capa: Hércio Fonseca (sobre detalhe de desenho sem título,  
sobre papel, de Joan Miró, 1967)

Revisão: Estela Carvalho

Editoração eletrônica: Camilla Pinheiro

### Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

R332 Reformas da educação superior : cenários passados e contradições do presente / Deise Mancebo ... [et al.] (organizadores). - São Paulo : Xamã, 2009.  
152 p. ; 21 cm. - (Coleção Políticas universitárias)

Inclui bibliografias.  
ISBN 978-85-7587-119-5

1. Ensino superior. I. Mancebo, Deise. II. Série.

CDD 378

Apoio:

Grupo de Trabalho Políticas de Educação Superior

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)

EJR Xamã Editora Ltda.

Rua Professor Tranquilli, 27 - Vila Afonso Celso

CEP 04126-010 - São Paulo (SP) - Brasil

Tel.: (011) 5083-4649 Tel./Fax: (011) 5083-4229

www.xamaeditora.com.br vendas@xamaeditora.com.br

# Sumário

Tempos diferentes e condensados: contradição público-privado e modalidades do estatal em reformas da educação superior, 7

Deise Mancebo, João dos Reis Silva Júnior, João Ferreira de Oliveira e Afrânio Mendes Catani

## 1 CENÁRIOS INTERNACIONAIS

Dilemas do presente na universidade pública na Argentina: pegadas da reforma universitária de 1918 e dos horizontes de 1968, 19

Sandra Carli

Globalização e mudanças recentes no ensino superior na Europa: o processo de Bolonha entre as promessas e as realidades, 35

Belmiro Gil Cabrito

## 2 REFORMAS NO BRASIL

Quarenta anos da reforma universitária: significado, questões e desafios, 63

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

Reforma universitária: ecos de 1968, 93

Sofia Lerche Vieira

Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios  
da vinculação na educação superior brasileira, 113

Nelson Cardoso Amaral

Sobre os autores, 147

# Reforma universitária: ecos de 1968



---

Sofia Lerche Vieira

A reforma universitária tem sido tema de inesgotável interesse ao longo da história, polarizando a atenção no âmbito acadêmico e na sociedade civil. Neste trabalho, faremos uma breve exploração do significado das reformas no Brasil, situando-as como elemento-chave para uma compreensão das políticas educacionais, aí inserindo a educação superior. Num segundo momento, focalizaremos a reforma de 1968, aprofundando elementos de sua proposta e explorando alguns de seus desdobramentos. Para finalizar, discutiremos o sentido das reformas no cenário presente.

Tomando como mote o título do livro de Zuenir Ventura (2006), diríamos que, tal como 1968 foi um “ano que não terminou”, também a reforma empreendida naquele ano de tantas memórias *ainda* não terminou. Ao contrário, 40 anos depois seus ecos continuam a reverberar entre nós. Por isso mesmo, faz sentido conhecer alguns elementos desse debate cuja atualidade se mantém, a ponto de ser escolhido como tema de uma sessão especial nesta 31ª Reunião Anual da Anped. Começemos, pois, pelo começo.

## As reformas no passado

---

Por razões mais do que conhecidas, somos herdeiros de uma cultura que creditou às reformas da educação fortes expectativas de mudança. O componente ibérico da colonização trouxe, desde as origens de nossa formação, um excessivo pendor normativo. Todo aquele que já se debruçou sobre a análise de documentos históricos – sejam eles do campo educacional ou não – há de

ter constatado que, antes mesmo de ser possível identificar um sistema escolar no país, este traço já estava presente, como bem detectaram estudos no campo da ciência política (FAORO, 1975; CARVALHO, 1996).

A “cultura transplantada” de Portugal, por sua vez, foi elemento decisivo na configuração de nosso sistema escolar, como mostrou Anísio Teixeira (1962) no clássico ensaio “Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras”, em que compara a evolução dos sistemas educacionais estadunidenses e brasileiros.

Para além de mero componente histórico, porém, a idéia de reforma traz outros ingredientes, anunciando as aspirações sociais sobre educação em diferentes contextos. Tanto no passado quanto no presente, as reformas expressam expectativas de melhoria de uma situação existente<sup>1</sup>. Nos termos concebidos neste ensaio, as reformas são compreendidas enquanto medidas acionadas pelo Poder Público e que se materializam na legislação educacional<sup>2</sup>.

Ao longo do Império e da República, tivemos uma quantidade imensa de projetos de reforma. Foram, em verdade, pelo menos 15 iniciativas de grande porte, isto para não falar das pequenas reformas que muitas vezes, no longo prazo, acabam por surtir efeitos semelhantes ou até mesmo mais decisivos sobre a configuração do sistema educacional.

A educação superior, mais do que qualquer etapa da educação formal, tem sido alvo preferencial de propostas de tal natureza, conforme identificamos em mapeamento sobre a legislação educacional no país (VIEIRA, 2008a). As primeiras medidas de reforma datam do Império e projetam-se no tempo, estando presentes em praticamente todos os principais momentos da República, tanto em circunstâncias democráticas como autoritárias.

O referido estudo permitiu perceber que *as reformas possuem dinâmicas distintas em contextos democráticos e autoritários*. Nos cenários de fechamento político, até por razões óbvias, é mais fácil aos governos

---

<sup>1</sup> O termo “reforma” comporta distintas interpretações, a exemplo da contraposição à perspectiva de revolução, explorada por Florestan Fernandes (1975). Para fins desta reflexão, utilizamos o sentido comum de expectativa de mudança deliberada voltada para o aprimoramento de um sistema educativo no todo ou em parte.

<sup>2</sup> Conforme as circunstâncias de maior ou menor fechamento político, as reformas expressam-se em leis, decretos-lei, decretos e outros instrumentos normativos.

viabilizarem reformas acabadas e com coerência interna mais explícita. Nos cenários democráticos, por sua vez, em que os vários atores interessados na matéria têm voz e vez e mobilizam-se no sentido de fazer valerem seus interesses, o andamento das questões pode ter curso distinto.

Sendo as leis expressão de uma ambiência política autoritária ou democrática, sua configuração acaba por retratar elementos dos contextos em que são concebidas. Nos regimes mais fechados, a dinâmica das grandes reformas encontra solo fértil, resultando em textos nos quais é possível detectar maior organicidade. Nos regimes mais abertos, por sua vez, há uma tendência de que as reformas sejam influenciadas por interesses nem sempre consensuais. Aqui, vamos encontrar situações nas quais a conciliação entre os grupos em disputa cria circunstâncias propícias ao surgimento de documentos híbridos, retratando influências ideológicas de matizes diversos. A reforma universitária de 1968 seria um caso típico da primeira situação. A reforma universitária do governo Lula, por sua vez, se enquadraria na segunda alternativa, em, que as pequenas reformas acabam por fazer valer os interesses de mudança no sistema. Voltemos, porém, ao que nos interessa mais de perto.

Diferentemente de outras iniciativas que se perderam nas areias do tempo, a reforma de 1968 fez e continua fazendo história. Tal perspectiva evidencia-se no permanente interesse despertado pelo tema, inclusive, nas reuniões anuais da Anped, como ilustra a produção do Grupo de Trabalho (GT) Política de Educação Superior (FÁVERO, 2000; MAZZONI, 2001; CARVALHO, 2005; BRETAS; VAIDERGORN, 2005; LIMA, 2005). Não sem razão, portanto, retomamos o debate da reforma universitária em 2008, quando se completam 40 anos de sua promulgação.

---

## Ecos de 1968

Bem sabemos que há determinados momentos da história em que uma constelação de fatos e circunstâncias cria condições propícias a mudanças. Pode suceder, contudo, que forças de conservação igualmente fortes concorram para impedir as transformações. Mudar – sempre – significa avançar rumo ao desconhecido; um salto no escuro para o qual nem todos estão prontos. Há aqueles, contudo, que mesmo sob condições adversas dispõem-se a ir em frente. É sob o fogo de tais circunstâncias que se fazem revoluções e nascem mártires. Seria 1968 um caso de tal natureza? O que teria acontecido de tão forte a ponto de 40 anos depois ainda ouvirmos os ecos daquele mo-

mento? Examinemos mais de perto a agenda política no mundo e no Brasil.

### *1968 no mundo*

Muitos fatos marcantes assinalaram a passagem de 1968 no calendário mundial. Se de algum modo buscamos uma simetria com o que ocorreu no Brasil, podemos tomar como fio condutor os movimentos sociais. Nesse contexto, por certo, as manifestações de rua em maio, na França, são o ponto alto da cronologia desse ano que tanto impacto despertou, sendo considerado um dos grandes fenômenos sociais da segunda metade do século XX.

De uma aparentemente corriqueira greve de estudantes secundaristas e universitários em Paris, o movimento logo ganhou ampla repercussão, conquistando a adesão de 10 milhões de trabalhadores que representavam cerca de dois terços daquela força de trabalho. Para fazer face às insurreições, chegou-se a criar um quartel-general de operações militares para lidar com a crise, ao mesmo tempo em que foi dissolvida a Assembléia Nacional e marcaram-se novas eleições parlamentares.

Embora no auge das insurreições a situação tenha parecido insustentável, a crise foi contornada. O país voltou à calma tão depressa quanto se inflamou, tendo o partido da situação sido vitorioso nas eleições. Ao lado do componente político de base anarquista e comunista, os eventos de maio de 68 foram marcantes, também no sentido de questionar os valores estabelecidos, disseminando idéias de amor livre e de igualdade entre sexos.

Se maio em Paris representa a face mais visível das manifestações de rua, outros cenários igualmente marcantes assinalaram a cronologia de 1968. No início do mesmo ano, na Checoslováquia, ocorreu o movimento reformista liderado por intelectuais do Partido Comunista Tcheco, que se tornou conhecido como Primavera de Praga. À frente do movimento estava Alexander Dubcek, líder do Partido Comunista, que defendia a promoção de um “socialismo com face humana”, perseguindo mudanças na estrutura política, econômica e social do país.

Também nessas circunstâncias, a adesão popular foi imediata e houve grandes manifestações de rua (5 de abril de 1968). O sonho de liberdade, porém, durou pouco. Em 20 de agosto, tropas soviéticas invadiram Praga, Dubcek foi detido e levado a Moscou. A população de Praga respondeu com formas não-violentas de resistência, desnortando as tropas russas. Mesmo assim, foi restaurado o regime de partido único e as liberdades conquistadas revelaram-se transitórias.

Os Estados Unidos também se configuraram como palco de episódios marcantes. Um analista do período se refere a 1968 como “os 12 meses mais turbulentos do pós-guerra e um dos mais perturbadores intervalos desde a Guerra Civil”. No século XX, segundo o autor, “somente a Depressão, Pearl Harbor e o Holocausto marcaram tão profundamente a *psyche* nacional tão profundamente quanto este ano” (KAISER, 1988, tradução nossa).

O país testemunhou o assassinato de duas importantes lideranças políticas. A primeira vítima (4 de abril de 1968) foi Martin Luther King, pastor, líder pacifista, militante dos direitos humanos em defesa da igualdade entre brancos e negros e Prêmio Nobel da Paz (1964). A segunda foi o senador Robert Kennedy, candidato presidencial pelo Partido Democrático, irmão do presidente John Kennedy (assassinado em 1963) e que foi alvejado em 5 de junho de 1968, vindo a falecer dois dias depois. A morte de King despertou os ânimos. Manifestações em defesa dos direitos civis tomaram conta das ruas e de várias universidades. Para o clima de protesto, colaboraram também grandes marchas pacifistas pela retirada dos Estados Unidos da Guerra do Vietnã.

Com esses *flashes* do que ocorria no mundo, cabe a pergunta: e no Brasil, em que cenário nos encontrávamos? Vejamos alguns de seus elementos.

### *1968 no Brasil*

As manifestações que abalaram o mundo também tiveram sua vertente brasileira. Como nos demais contextos, esta teve também suas especificidades, relacionando-se com a repressão ao movimento estudantil. Lembremos que o país vivia sob a égide do regime militar, instaurado em 31 de março de 1964. A despeito do progressivo afastamento das lideranças políticas contrárias ao regime, nos primeiros anos do período houve um esforço de preservação da ordem institucional. O Congresso manteve-se em funcionamento. Mas esse frágil equilíbrio foi rompido em 1968, quando houve um aprofundamento do estado de exceção e a ditadura passou a viver seu período mais obscuro.

As passeatas vinham-se caracterizando como uma marca daqueles tempos. O fato detonador da crise no Brasil foi o assassinato de Édson Luís de Lima, estudante secundarista, morto por um capitão da Polícia

Militar (PM) durante manifestações estudantis, em frente ao Restaurante Calabouço (28 de março de 1968). As reações ocorreram em todo o país e seu enterro foi acompanhado por cerca de 50 mil pessoas, entre estudantes, intelectuais e artistas. O Congresso, entretanto, passou ao largo da comoção nacional. Sobre o assunto, é ilustrativa a passagem registrada na crônica política de Carlos Castello Branco:

[...] A fotografia de uma criança morta, sacrificada pela violência policial, não sensibilizou o Congresso a ponto de lhe quebrar a rotina. Tudo não passou de uma sessão noturna interrompida pelo arrepio da comunicação, o protesto indignado do MDB e as manifestações ruidosas de estudantes que se reuniram pela madrugada nas galerias da Câmara...

[...] Quando à noite, em seu gabinete, o ministro Gama e Silva soube da morte do estudante no Rio, ficou lívido e comentou: “Um estudante não se mata”. (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 491-492)

Nas grandes cidades, protestos foram reprimidos. As ruas transformaram-se em praças de guerra entre os estudantes e a polícia, sendo o ponto alto desse movimento uma grande passeata realizada no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, que passou à história como a Passeata dos 100 mil (TEIXEIRA, 2007). As palavras de ordem dessas manifestações eram o fim da censura, da repressão e a redemocratização do país. Aderiram ao protesto não apenas intelectuais e artistas, mas também religiosos.

Momento-chave da escalada da repressão foi o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), organizado clandestinamente na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, quando, em uma só operação (14 de outubro de 1968), mais de 900 pessoas foram presas pela polícia, dentre elas as principais lideranças estudantis ainda em liberdade.

Dois meses depois, em 13 de dezembro, foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), símbolo da passagem do regime militar para a ditadura. Editado no governo do general Arthur da Costa e Silva, esse instrumento traduzia o aprofundamento do regime de exceção mediante várias providências: atribuía amplos poderes ao chefe de governo, dentre eles cassar mandatos, suspender direitos políticos e legislar em substituição ao Congresso Nacional após decretar-lhe o recesso. Severas penalidades eram previstas aos infratores do regime. Os quartéis entraram em prontidão, mobilizando as Polícias Federal, Militar, Civil e a Guarda Civil. A ditadura perdeu a máscara e ingressou em sua fase mais ostensiva.

Entre as prisões de Ibiúna, em outubro, e o Congresso Nacional amordaçado pelo AI-5, em dezembro, ocorreu um fato de singular relevância para a educação superior brasileira: em 28 de novembro foi aprovada a Lei nº 5.540/68, que “fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências” (BRASIL, 1968). Discutida desde há muito, a reforma de 1968 não apenas traria as marcas desse tempo de incertezas como representaria um claro divisor de águas na história da educação superior no Brasil.

### A reforma antes de 1968

---

A reforma universitária estava incluída no conjunto das chamadas “reformas de base”, endossadas por Jango, o presidente deposto pelo golpe de 1964. É o que se vê em um de seus últimos pronunciamentos, comício da Central do Brasil: “também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros, pelos universitários de classe que sempre têm estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas” (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 615).

Com efeito, a reforma era uma aspiração antiga. A propósito, é oportuna a interpretação de Cunha:

*A concepção de universidade calcada nos moldes norte-americanos não foi imposta pela Usaid, com a conivência da ditadura, mas antes de tudo, foi buscada, desde fins da década de 40 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles, como um imperativo de modernização e até mesmo de democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno fértil para adubar suas idéias. (CUNHA, 2007, p. 24, grifos do autor)*

Em seu estudo sobre o tema, o autor identifica alguns ensaios de reforma que precedem o projeto de 1968, localizando-os na criação da Universidade de Brasília (UnB) (1961) e nas reformas da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no início da década (CUNHA, 2007, p. 109-153).

Pela relevância que tiveram no debate anterior à reforma universitária, destacaremos aqui três fóruns nos quais o assunto foi discutido: no movi-

mento estudantil, em acordos internacionais e no documento que veio a ser conhecido como Relatório Meira Matos.

### *Movimento estudantil*

Como sabemos, o movimento estudantil foi importante protagonista nos anos 1960. A reforma foi objeto específico de vários encontros convocados pela UNE, com destaque para aqueles nos quais o tema foi objeto de atenção: o II Seminário de Estudos do Nordeste (Recife, março de 1961); o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (Salvador, maio de 1961); o I Encontro Universitário do Sul (Porto Alegre, junho de 1961); o II Seminário Nacional de Reforma Universitária (Curitiba, março de 1962); e o III Seminário Nacional de Reforma Universitária (Belo Horizonte, 1963). Em todos esses fóruns a discussão sobre o tema esteve presente, com destaque para questões como: autonomia, participação estudantil nos órgãos colegiados, extinção da cátedra, dentre outras (VIEIRA, 1982, p. 21-26).

### *Acordos internacionais*

A contribuição de consultores externos que estiveram no Brasil prestando assessoria ao governo também foi ingrediente importante no contexto da reforma. Contrariamente ao que se tem firmado como senso comum, a participação internacional não foi fruto exclusivo de uma escolha dos militares no poder: antes vinha sendo materializada em vários convênios firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – Usaid) e que beneficiaram particularmente a pós-graduação, por meio de bolsas de estudos para professores brasileiros. Com efeito, desde os anos 1950, por meio dos acordos MEC/Usaid, técnicos estadunidenses prestavam assessoria sobre o assunto ao país. Dois elementos desta trajetória merecem atenção: o Relatório Eapes (Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior) e o Plano (ou Relatório) Atcon (VIEIRA, 1982, p. 26-34).

### *Relatório Meira Matos*

A importância estratégica da reforma para os militares explicitou-se na convocação de um oficial de alta patente do Exército para presidir uma comissão especial para tratar do assunto: o então coronel Carlos de Meira

Matos, vice-chefe do gabinete militar do presidente Castello Branco e interventor federal em Goiás. Criado pelo Decreto nº 62.024/1967, o grupo teve três meses para propor medidas de curto prazo, com o objetivo de eliminar obstáculos à maior produtividade e eficiência do sistema escolar e permitir a ampliação de vagas. Dentre os temas abordados no relatório final da comissão estavam: a questão dos excedentes; a cobrança de anuidades; solução para o Calabouço<sup>3</sup>; a identificação de um problema de “falência de autoridade” nas instituições de ensino superior, propondo para aquelas mantidas pelo governo federal a escolha de dirigentes pelo presidente da República; a definição de critérios que orientam o funcionamento do ensino superior; a remuneração de professores e sua contratação por regime celetista; e a adoção do sistema de créditos (VIEIRA, 1982, p. 34-40).

### A reforma durante 1968

---

Como desdobramento da trajetória já percorrida na direção da reforma, em 2 de julho de 1968 foi instituído por decreto presidencial o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. A equipe, integrada por 11 participantes, teria 30 dias para apresentar um projeto ao governo. Por certo, os estudos resultantes do convênio MEC-Usaid, assim como o Relatório Meira Mattos, foram subsídios centrais ao trabalho dessa equipe, que apresentou um extenso documento final, do qual trataremos a seguir.

#### *Relatório geral do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária*

O *Relatório* é o mais completo documento de fundamentação da reforma de 1968 e representa uma peça fundamental ao seu entendimento (VIEIRA, 1982). Nele estão sintetizadas as principais idéias relativas à sua concepção, metas e estrutura. Em concepção vamos encontrar o diagnóstico dos problemas da universidade, assim como as expectativas relativas à sua solução, buscando-se uma estrutura organizacional capaz de superar a herança dos estabelecimentos isolados e do agrupamento de escolas.

---

<sup>3</sup> O Calabouço era um refeitório popular destinado a estudantes do interior, subsidiado pelo governo, que representou foco de resistência e agitações diversas contra o regime militar. Foi em frente a este local que ocorreu o assassinato, já referido neste texto, do estudante secundarista Édson Luís de Lima Souto, durante manifestações realizadas em 28 de março de 1968.

Em sintonia com o contexto político da época, muitas restrições impõem-se ao modelo proposto, sobretudo no que se refere à participação. A reforma é apresentada como questão técnica, visando a atender a uma demanda crescente por ensino superior e perseguindo melhor articulação entre a universidade e as necessidades do desenvolvimento e do mercado de trabalho.

Cinco grandes temas mutuamente articulados resumem as metas da reforma: em primeiro lugar, a racionalização, da qual derivam as demais e que visa a promover a expansão, a flexibilidade, a integração e a autonomia da universidade (VIEIRA, 1982, p. 57-81). Do ponto de vista estrutural, são encaminhadas propostas relativas à gestão, organização e atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão (VIEIRA, 1982, p. 83-106).

#### *Lei nº 5.540/68*

A reforma universitária, traduzida na Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), foi aprovada praticamente sem vetos, tendo o Congresso exercido um papel de manutenção do espírito da lei, como observou Saviani (1987) em seus estudos sobre o tema. Em um texto de 59 artigos, são apresentados os fins, as funções, a organização e as modalidades de cursos de ensino superior (art. 1º a 30). O documento também inclui orientações sobre corpo docente (art. 31 a 37); corpo discente (art. 38 a 41); disposições gerais e transitórias (art. 42 a 59).

Várias foram as inovações introduzidas pela reforma no sentido de superar o modelo de ensino superior vigente no país, no qual prevaleciam os estabelecimentos isolados. Buscava-se, assim, a universidade como estrutura organizacional capaz de promover a indissociabilidade entre ensino e pesquisa (BRASIL, 1968, art. 2º). Esta deveria organizar-se com base na “universalidade de campo” (BRASIL, 1968, art. 11 e) e não mais a partir da justaposição de escolas.

Dentre as principais medidas advindas da nova lei, cabe destacar: a extinção da cátedra (BRASIL, 1968, art. 33 § 3º.); a criação da estrutura departamental, concebida como “estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas” (BRASIL, 1968, art. 11 b), que seriam “a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de

distribuição de pessoal [... compreendendo] disciplinas afins” (BRASIL, 1968, art. 12 § 3º); a introdução de vestibulares classificatórios com exames unificados (BRASIL, 1968, art. 21), assim eliminando o problema dos excedentes e da nota mínima (BRASIL, 1968, art. 21); o ciclo básico (BRASIL, 1968, art. 23 §2º)<sup>4</sup>; os cursos de curta duração (BRASIL, 1968, art. 23 § 1º); a criação de distritos geoeducacionais (BRASIL, 1968, art. 10), dentre outros.

Dois outros temas-chave do conjunto de medidas propostas foram a instituição da pós-graduação (BRASIL, 1968, art. 24-25) e a criação de uma carreira docente única (BRASIL, 1968, art. 32 § 1º), obedecendo ao princípio de indissociabilidade antes referido. Com esses elementos, pretendia-se introduzir uma concepção de universidade moderna e em sintonia com as novas demandas do país.

Os instrumentos de racionalização introduzidos pela reforma de 1968 contribuíram para uma reorganização das universidades e a criação de novas instituições, de modo a absorver maior contingente de alunos. Por outro lado, a carreira docente única, o incentivo à pós-graduação de professores e ao regime de dedicação exclusiva criaram as condições necessárias à implantação de um novo modelo de ensino superior. Pretendia-se, assim, com a reforma reduzir a resistência estudantil ao regime militar e estabelecer uma articulação entre formação profissional universitária e produção de saber.

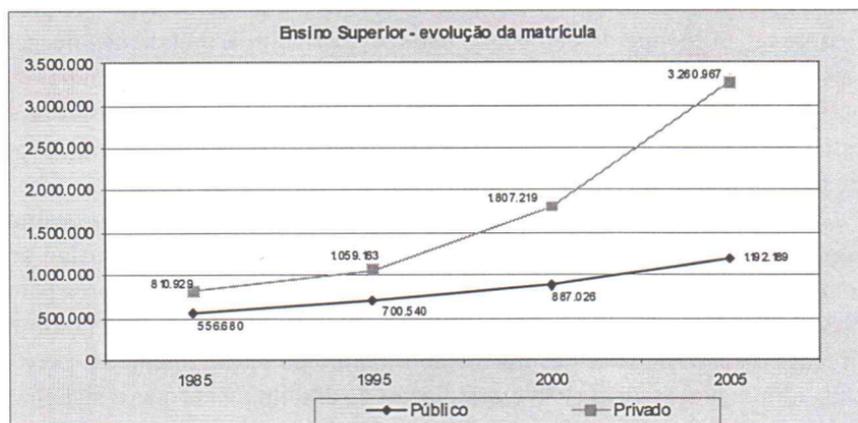
Embora no *caput* da lei fosse prevista a articulação entre o ensino superior e a escola média, a Lei nº. 5.540/68 dedicou um único artigo ao tema, dispondo sobre a formação em nível superior dos “professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares” (BRASIL, 1968, art. 30). As medidas relativas à reforma do ensino básico viriam alguns anos depois, quando o país já estava mergulhado no aprofundamento da ditadura e na euforia do chamado “milagre econômico”.

---

<sup>4</sup> O ciclo básico é apenas referido na Lei nº 5540/68 e detalhado no Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.

## A reforma depois de 1968

Com a reforma universitária o país viveu um surto expansionista. Com efeito, dentre seus objetivos estava o de deter a “expansão desordenada” do ensino, que desde o início da década vinha apresentando crescimento sem precedentes. No curso de uma década houve notável crescimento de matrículas e o objetivo de deter a expansão desordenada não foi atingido. Cresceu o ensino superior público, mas cresceu também, e sobretudo, o ensino superior privado que, desde então, não parou de se expandir. Assim, não vingou a fórmula de ensino pago prevista no Relatório Meira Mattos, mas antes uma privatização pela via do fortalecimento do setor particular. Esta tendência, anunciada nos primeiros anos pós-reforma de 1968, manteve-se e se aprofundou ao longo do tempo. Para não nos determos de forma exaustiva naquele período, observemos o movimento de expansão em um período de 20 anos (1985-2005), conforme é possível visualizar no gráfico a seguir:



**Gráfico 1.** Evolução das matrículas em ensino superior – Brasil, 1985-2005

Fonte: VIEIRA (2008, p. 92).

O total de matrículas neste nível de ensino passou de 1.367.609 (1985) para 4.453.156 (2005), expressando um aumento de 226% no período. Enquanto no setor público o crescimento foi de 114%, no setor privado chegou a 302%. Tal processo foi ainda mais intenso nos últimos cinco

anos, quando o setor público cresceu 34% e o privado, 80%. Nesse percurso, por certo, a participação do setor público diminuiu significativamente, passando de 40,7% em 1985 para 26,8% em 2005.

O movimento expresso no gráfico retrata uma tendência nítida de privatização do ensino nesses 20 anos. Tal situação se aprofundou a partir de meados da década de 1990, quando a abertura ao crescimento do setor passou a ser buscada de forma mais explícita e estimulada pelo governo federal, durante o período do governo FHC.

O que se passou entre 1968 e 2008 representa um novo capítulo da história da educação superior. Novas reformas foram perseguidas, algumas delas com apoio do governo federal, a exemplo do projeto apresentado pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres), em meados da década de 1980 (BRASIL, 1986), ou dos muitos projetos discutidos pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) no mesmo período.

No processo de redemocratização, importante capítulo foi a discussão da Constituição de 1988, na qual artigo específico define que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207).

Oito anos depois, viria a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96), que buscou também disciplinar as questões relativas à educação superior, dedicando-lhe um robusto capítulo de 15 longos e detalhados artigos (BRASIL, 1996, Cap. IV, art. 43-57). A LDB, contudo, não arrefeceu os ânimos por uma nova reforma universitária. Como esta não se concretizou nos anos 1990, as demandas nesse sentido voltaram-se para o governo Lula, eleito em 2002 e no poder desde então. Novos projetos de reforma, então, foram concebidos, tanto no âmbito da sociedade civil quanto do governo<sup>5</sup>. A despeito da expectativa de que este governo viesse a promover uma grande reforma, o que se pode depreender da política de educação superior construída nos últimos cinco anos leva a crer que, apesar de se ter empenhado em tal direção em um

---

<sup>5</sup> Este movimento é descrito em detalhe por Jaana Flávia Fernandes Nogueira (2008), a quem remetemos o leitor interessado em aprofundar o assunto.

primeiro momento, o governo Lula parece ter perdido o interesse em fazer avançar esse debate no Congresso<sup>6</sup>.

Tudo leva a crer que a existência de vários projetos em disputa tenha levado o governo a optar pela fórmula das pequenas reformas, como antes assinalamos (VIEIRA, 2005). As diferentes medidas aprovadas ao largo de uma nova lei de reforma que o digam. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)<sup>7</sup> estão aí para provar que, neste caso, as aparências não enganam. Isto posto, passemos à última parte da reflexão, buscando apreender os elos entre as reformas do passado e do presente.

### As reformas no presente

---

Com a emergência de um novo ciclo de grandes reformas de abrangência variável (local, regional ou nacional) a partir dos anos 1980 e 1990, o tema voltou a figurar entre as preocupações de estudos no campo da política educacional (CORRALES, 2000; FULLAN, 2009; MARTINIC, 2001; CARNOY, 2002; SOUSA JÚNIOR, 2001). A atenção sobre as reformas educativas inspirou-se no reconhecimento de seu caráter estratégico para o sucesso econômico dos países asiáticos (HEYNEMAN, 2007). Coincidiu também com a criação de sistemas internacionais de avaliação, a exemplo do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment – Pisa)<sup>8</sup>, que suscitou

---

<sup>6</sup> Mesmo porque, se quisesse fazê-lo, teria tempo de sobra para efetivar este empreendimento. Compare-se, por exemplo, a tramitação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e da lei da reforma universitária no Legislativo e observe-se que as marchas distintas dos dois projetos não o são por acaso.

<sup>7</sup> O Sinaes foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado pela Portaria nº 2.051, de 9 de junho de 2004. O Prouni foi instituído pela medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

<sup>8</sup> O Pisa é “uma avaliação trianual promovida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que avalia estudantes de 15 anos de idade em habilidades de leitura, matemática e ciências. A primeira avaliação foi realizada em 2000, focalizando a leitura, a segunda em 2003, para matemática e a terceira em 2006, em ciências. Além 30 dos países pertencentes a OCDE, o PISA é realizado em países que aderem ao exame, denominados parceiros, nos quais o Brasil se inclui” (VIEIRA, 2009, p. 112).

um aumento do interesse por estudos comparativos entre países e sobre sistemas escolares bem-sucedidos.

A reflexão sobre as reformas educativas no contexto contemporâneo ganha, ainda, novas interpretações sobre suas justificativas. Segundo Corrales (2000), os sistemas educativos atuais defrontam-se com basicamente dois grandes tipos de reforma: as voltadas para o *acesso* e aquelas voltadas para a *qualidade*. As primeiras, normalmente, caracterizam-se por ter benefícios concentrados e custos dispersos; as segundas, por sua vez, tendem a ter benefícios dispersos e custos concentrados. Com esta tipificação, pretende o autor interpretar as razões do êxito e/ou fracasso das diferentes iniciativas propostas. As reformas voltadas para a promoção do acesso beneficiam públicos que, em geral, podem ser identificados e quantificados. Os custos de tais iniciativas, contudo, tendem a se dispersar entre os contribuintes. Com as reformas de qualidade, sucede o inverso. Não apenas é extremamente difícil quantificar seu público alvo, como seus custos são voltados para públicos específicos, a exemplo de professores, gestores e outros encarregados da operação da máquina educativa. Por isso mesmo, as reformas voltadas para a qualidade tendem a esbarrar em forte resistência nos processos de implementação<sup>9</sup>.

Ao analisar as reformas no contexto da globalização, Carnoy (2002, p. 55) acrescenta uma terceira categoria à discussão, qual seja a das iniciativas “fundadas nos imperativos financeiros”. Embora recorra a termos distintos daqueles utilizados por Corrales (2000), sua classificação dele se aproxima, na medida em que identifica medidas orientadas pela competitividade (qualidade) e pela equidade (acesso).

As contribuições de Corrales e Carnoy oferecem subsídios adicionais à compreensão da dinâmica das reformas. Além do matiz político resultante dos contextos mais ou menos autoritários, como vimos no início da reflexão, as reformas teriam razões de ordem econômico-financeira, qualitativa (competitividade) e quantitativa (promover o acesso e viabilizar a

---

<sup>9</sup> Sobre o assunto, assim se manifesta o autor: “Quanto mais concentrados forem os custos gerados por uma política, quer dizer, quanto mais os custos se limitarem a um reduzido número de cidadãos ou grupos organizados, mais difícil será sua implantação. Isto se deve ao fato de que os grupos de interesse afetados pelas reformas têm um incentivo para bloqueá-las muito maior que o interesse dos beneficiários em apoiá-las.” (CORRALES, 2000, p. 6)

equidade). Vista sob esta perspectiva, como situar a reforma universitária de 1968 e as propostas que lhe sucederam?

É oportuno afirmar que a tipologia acima referida não se aplica em plenitude ao caso da reforma de 1968, que se orientou a um só tempo para responder a demandas de acesso e de modernização. Se é verdade que havia grande insatisfação com o modelo de educação superior existente, o qual se revelara inadequado às exigências de industrialização do país naquele momento histórico, por outro lado, era igualmente importante responder a uma crescente demanda de vagas por parte de amplos segmentos ligados à classe média. Tem-se, assim, uma ilustração do duplo caráter de uma reforma, em que estão presentes orientações que visam a atender a exigências simultâneas de quantidade e qualidade.

A situação começou a assumir configuração distinta a partir do advento das reformas mais recentes, a partir de meados da década de 1990, quando o componente financeiro destacado por Carnoy passou a expressar-se na necessidade de redução dos gastos públicos, neles incluindo a educação. Segundo o autor, os países defrontaram-se com a opção por três grandes reformas: transferência do “financiamento público da educação do nível superior para o nível inferior; a privatização do ensino secundário e superior com o objetivo de desenvolver esses níveis educativos e, por último, a redução do custo por aluno em todos os níveis, aumentando sobretudo o número de alunos por sala de aula no primário e no secundário” (CARNOY, 2002, p. 62).

Observando a configuração do sistema educacional brasileiro na última década, verifica-se a confirmação parcial desta hipótese. Como já evidenciado, a análise dos indicadores de oferta de educação pública e privada da última década revela que estamos vivenciando uma “publicização da educação básica” e uma “privatização da educação superior” (VIEIRA, 2008b, p. 93). O aumento da participação do setor público na oferta de ensino médio evidencia que a hipótese da privatização do ensino secundário não se aplica ao caso brasileiro.

Em relação à transferência dos gastos do Poder Público do nível superior para o nível básico, a questão é mais complexa. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) gerou fortes expectativas de que a União viesse a oferecer contrapartida significativa à participação de estados e muni-

cípios no financiamento da educação básica, objetivo nunca atingido a contento. Com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), outra vez os ânimos de maior contribuição da União nas despesas com educação básica se elevaram, mas ainda é cedo para afirmar se a reforma pretendida efetivamente se cumprirá no que se refere à participação financeira do governo federal.

A desobrigação financeira da União para com a educação superior também requer um exame detido, senão vejamos. Hoje um imenso contingente de estudantes de nível superior se abriga sob as asas do Prouni. Como classificar esta nova face do ensino privado que atende a uma clientela financiada com recursos públicos? Instituições públicas elas não são. Estaríamos, então, assistindo a uma reedição da tese do público não-estatal, tão popular em meados da década de 1980, mas que hoje tem componentes nitidamente diferentes? É possível. Mas tais questões demandam elementos de análise que fogem ao objetivo da presente reflexão.

Finalmente, cabe retomar as opções de reforma referidas por Carnoy (2002), concentrando-nos sobre a vertente direcionada ao aumento de número de alunos por turma. De fato, esta tem sido uma meta perseguida pelos projetos recentes de fortalecimento das universidades federais, a exemplo do Reuni<sup>10</sup>. Como se vê, tanto no passado como no presente as reformas de educação superior têm atendido a objetivos justificados pela ampliação da capacidade de atendimento do sistema e de seu aprimoramento, não sendo possível isolar os imperativos financeiros, quantitativos e qualitativos nesta agenda. A análise de seus contextos políticos, por sua vez, é componente indispensável desta compreensão.

A reforma de 1968, produzida em pleno vigor do autoritarismo, oferece elementos para uma interpretação desse triplo movimento. E, também por isso, para além das inovações que trouxe à educação superior no país, seus ecos permanecem entre nós.

---

<sup>10</sup> A esse respeito, é ilustrativa a meta do Decreto nº 6.096/2007, que institui o Reuni: “O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007, art. 1º, § 1º).

## Referências

- BRASIL (Constituição). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, DF, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 16 set. 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres). **Relatório**. Brasília, DF, set. 1986. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br>>. Acesso em: 6 jun. 2008.
- BRETAS, S. A.; VAIDERGORN, J. **“Americanismo” e expansão do ensino superior brasileiro: alguns apontamentos**. *Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Política de Educação Superior (GT 11)*, 28ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, out. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt111550int.rtf>>. Acesso em: 3 jun. 2008.
- CARNOY, M. **Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores precisam saber**. Brasília, DF: Unesco, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001268/126819por.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2008.
- CARVALHO, C. H. A. de. **Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao Prouni**. *Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Política de Educação Superior (GT 11)*, 28ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, out. 2005. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/28/GT11-532—Int.rtf>>. Acesso em: 2 jun. 2008.
- CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 1996.
- CASTELLO BRANCO, C. **Os militares no poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- CORRALES, J. **Aspectos políticos na implementação das reformas educacionais**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe. Documento nº 14. Trad. Paulo Martins Garchet. abr. 2000. Disponível em: <[http://www.oei.es/reformaseducativas/aspectos\\_politicos\\_implementacion\\_reformas\\_educativas\\_corrales\\_portugues.pdf](http://www.oei.es/reformaseducativas/aspectos_politicos_implementacion_reformas_educativas_corrales_portugues.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2008.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Edunesp, 2007.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2. ed. rev. aum. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975.

FÁVERO, M. de L. de A. **Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão**. *Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Política de Educação Superior (GT 11)*, 23ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, out. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1118t.PDF>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FIALA, R. Review of “International Handbook of Educational Reform”, edited by Peter Cookson, Alan Sadovnik and Susan Semel. **Contemporary Sociology**, Westport, v. 24, n. 1, p. 62-64, jan. 1995.

FULLAN, M. **The three stories of education reform: inside; inside/out; outside/in**. Disponível em: <[http://www.cdl.org/resource-library/articles/education\\_reform.php?type=subject&id=36](http://www.cdl.org/resource-library/articles/education_reform.php?type=subject&id=36)>. Acesso em: 16 set. 2009.

HEYNEMAN, S. P. **Reforma educativa: o que é comum nos sistemas educativos de elevado desempenho**. Apresentado no Ciclo de Seminários Internacionais Educação no Século 21: Modelos de Sucesso, 13 ago. 2007, **Auditório Nereu Ramos, Congresso Nacional, Brasília, DF**. Disponível em: <[http://www.educacaoseculoxxi.com.br/.../Steve\\_slides\\_em\\_Portugues.ppt](http://www.educacaoseculoxxi.com.br/.../Steve_slides_em_Portugues.ppt)>. Acesso em: 16 set. 2009.

KAISER, C. **1968 in América: music, politics, chaos, counterculture, and the shaping of a generation**. Nova York: Grove Press, 1988. Disponível em: <<http://www.orlok.com/tribe/insiders/introduction.html>>. Acesso em: 19 set. 2009.

LIMA, K. R. de S. **Capitalismo dependente e “reforma universitária consentida”**: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. *Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Política de Educação Superior (GT 11)*, 28ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, out. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11446int.rtf>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

MARTINIC, S. Conflictos políticos e interacciones comunicativas en las reformas educativas en América Latina. **Revista Ibero-Americana de Educação**: publicação da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), nº 27, p. 17-33, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie27a01.PDF>>. Acesso em: 16 set. 2009.

MAZZONI, J. R. **A reforma universitária e o ciclo básico**. *Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Política de Educação Superior (GT 11)*, 24ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, out. 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp1.htm>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da educação superior no governo Lula: debate sobre ampliação e democratização do acesso**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Cortez, 1987.

SOUSA JÚNIOR, L. **Reformas educativas e qualidade de ensino**. *Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Política de Educação Superior (GT 11)*, 24ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, out. 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0555205584949.doc>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

TEIXEIRA, A. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 37, n. 86, p. 59-79, jun. 1962.

TEIXEIRA, E. **1968 destinos 2008**: passeata dos 100 mil. Rio de Janeiro: Textual, 2007.

VENTURA, Z. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VIEIRA, S. L. **Desejos de reforma**: legislação educacional no Brasil Império e República. Brasília, DF: Liber-Livro, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Educação básica**: política e gestão da escola. 2. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2009.

\_\_\_\_\_. **O (dis)curso da (re)forma universitária**. Fortaleza: UFC, 1982.

\_\_\_\_\_. O público e o privado na educação: cenários pós LDB. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB dez anos depois**: reinterpretação sob diversos olhares. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b. p. 77-98.

\_\_\_\_\_. Reforma(s) da educação superior. **Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 27, n. 55, p. 13-37, jul./dez. 2005.



A coleção **Políticas Universitárias** é uma parceria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a Xamã Editora mediada pelo Grupo de Trabalho Políticas de Educação Superior, e concretiza-se como excelente veículo de socialização do conhecimento sob o crivo do grupo, e o respaldo da associação e da editora.

Apoio:

Grupo de Trabalho Políticas de Educação Superior  
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)



ISBN 978-85-7587-119-5



9 788575 871195